

A Educação Infantil e suas cores

Valmir Rogério Torres ¹

Resumo: Este trabalho tem como finalidade discutir os dados referentes a cor/raça das crianças matriculadas na Educação Infantil, fazendo uso de análise do Censo Escolar, o que aponta a invisibilidade das crianças pretas, a busca pelo embranquecimento e o espantoso não reconhecimento da cor/raça de bebês e crianças no ato da matrícula na escola. Foi possível, ainda, analisar algumas histórias infantis que trazem em seu âmago conceitos e situações racistas, histórias estas comumente encontradas em nossas escolas. Diante de tal perspectiva concluímos sobre a necessidade de valorizar e reconhecer a cor/raça de nossos bebês e crianças, bem como olharmos para as histórias infantis com visão crítica, identificando aquelas que geram ou reforçam atitudes racistas e preconceituosas.

Palavras-chave: Racismo; Embranquecimento; Histórias Infantis.

Early Childhood Education and its colors

Abstract: This paper aims to discuss data regarding the race/color of children enrolled in Early Childhood Education, using analysis of the School Census, which highlights the invisibility of Black children, the drive for whitening, and the shocking failure to recognize the race/color of babies and children upon school enrollment. It was also possible to analyze some children's stories that contain racist concepts and situations at their core, stories commonly found in our schools. Given this perspective, we conclude on the need to value and recognize the race/color of our babies and children, as well as to examine children's stories with a critical eye, identifying those that generate or reinforce racist and prejudiced attitudes.

Keywords: Racism; Whitening Children's Stories.

La educación infantil y sus colores

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar los datos relativos al color/raza de los niños matriculados en la educación infantil, utilizando el análisis del Censo Escolar, que pone de manifiesto la invisibilidad de los niños negros, la búsqueda del blanqueamiento y el sorprendente desconocimiento del color/raza de los bebés y los niños en el momento de la matriculación en la escuela. También fue posible analizar algunos cuentos infantiles que contienen en su esencia conceptos y situaciones racistas, cuentos que se encuentran comúnmente en nuestras escuelas. Ante tal perspectiva, concluimos sobre la necesidad de valorar y reconocer el color/raza de nuestros bebés y niños, así como de mirar los cuentos infantiles con una visión crítica, identificando aquellos que generan o refuerzan actitudes racistas y prejuiciosas.

Palabras-clave: Racismo; Blanqueamiento; Cuentos infantiles.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Matemática e Pedagogia, especialista em Gestão Educacional, Gestão de Currículos, Gestão Empreendedora, Mídias na Educação, Neurolinguística, LIBRAS, mestrado em Educação em Ciências e Matemática e Doutorando em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7426-5288>, e-mail: vrtorres@estudante.ufscar.br

A Educação Infantil, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (1996), é oferecida em creches para bebês e crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) apresenta entre seus campos de experiência para a Educação Infantil o de “traços, sons, cores e formas”, proporcionando às crianças, desde cedo, experiências que desenvolvam o senso estético e crítico. Este documento propicia a interação dos bebês e crianças com as cores desde o zero ano.

Logo, as cores se fazem presente nas vidas dos bebês e crianças, tanto no contexto escolar como no ambiente doméstico, no qual os familiares já preparam este ambiente para a chegada dos bebês, recheados de cores.

Não podemos deixar de lembrar que a promoção de uma educação de qualidade, conforme preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030, implica garantir não apenas o acesso universal à Educação Infantil, mas também assegurar que este seja um espaço de inclusão, equidade e respeito à diversidade. No contexto brasileiro, tal compromisso exige enfrentar as desigualdades raciais históricas que se manifestam desde os primeiros anos de escolarização, perpetuando padrões de exclusão e silenciamento.

Para Paulo Freire (2021), a educação deve ser um ato de liberdade, capaz de despertar a consciência crítica e promover a transformação social. Isso significa que, desde a Educação Infantil, o currículo e as práticas pedagógicas devem problematizar as relações de poder e as hierarquias racializadas, permitindo que crianças negras e de outros grupos historicamente marginalizados reconheçam-se como sujeitos de direitos e de conhecimento.

A autora hooks (2019) reforça essa perspectiva ao argumentar que a sala de aula é um espaço político e que o processo educativo precisa romper com as lógicas opressoras que moldam as subjetividades. Nesse sentido, a presença de narrativas, imagens e materiais que representem positivamente pessoas negras, indígenas e de outras etnias não é apenas um recurso didático, mas um ato pedagógico emancipador.

Carneiro (2005) alerta que a omissão ou distorção das identidades negras no espaço escolar reforça o “epistemicídio” — a negação e a invisibilização dos saberes e culturas de

povos negros — e compromete a formação plena das crianças. Assim, uma Educação Infantil comprometida com o ODS 4 precisa contemplar o combate ao racismo como parte de sua dimensão de qualidade, reconhecendo que não há equidade possível sem justiça racial.

Dessa forma, integrar a perspectiva racial à Educação Infantil é alinhar-se ao ODS 4 não apenas na dimensão quantitativa de ampliação de vagas ou redução da evasão, mas na dimensão qualitativa que assegura que todas as crianças, independentemente de sua cor ou origem, tenham oportunidades reais de aprender, desenvolver-se e construir uma autoestima positiva. Isso requer uma prática pedagógica que dialogue com as vivências das crianças, valorize sua identidade e contribua para uma sociedade mais justa e plural.

Este trabalho busca discutir para além das cores presentes no mundo e tão constantemente, de forma adequada ou não, consciente ou não, apresentadas pelas famílias e escolas. Este artigo revisita, dentro de ambiente escolar e por vezes fora dele, como as cores trazidas nas peles de nossos bebês e crianças são capazes de construir uma educação que tenha como finalidade o autorreconhecimento de forma positiva e o combate às ações preconceituosas presentes no cotidiano.

A presente pesquisa é fruto de reflexões tidas na disciplina de Estudos em Práticas Sociais e Processos Educativos II, cursada na pós-graduação em nível de doutorado.

Diante das limitações de extensão de um artigo e da complexidade do tema, esta discussão será circunscrita a dois contextos: a análise documental, com base no Censo Escolar, visando identificar a distribuição por cor/raça de bebês e crianças matriculadas na Educação Infantil no Brasil e refletir sobre esse cenário; e, posteriormente, breves análises de histórias infantis que, em determinados casos, influenciam negativamente o combate ao racismo.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida em um município do interior paulista, com o objetivo de investigar quais livros são utilizados por professores da Educação Infantil para trabalhar as diferenças entre as crianças, considerando aqueles disponíveis nas unidades escolares. Participaram do estudo cinquenta e dois professores e professoras atuantes na rede municipal

de ensino, contemplando turmas de creche e pré-escola. Os dados foram coletados por meio de um questionário que continha uma única questão aberta: “Quais livros você utiliza para trabalhar as diferenças na Educação Infantil, entre aqueles disponíveis em sua escola? ”.

As respostas indicaram como obras mais citadas as histórias O Patinho Feio, A Menina Bonita do Laço de Fita, O Menino Marrom, Menino Cor-de-Rosa, Peppa e O Cabelo de Lelê. A partir dessa identificação, procedeu-se à análise dessas obras e das narrativas que compõem seus enredos, tomando como base referenciais teóricos da pedagogia progressista, a fim de compreender como essas histórias podem contribuir para a valorização das diferenças e para a promoção de uma educação antidiscriminatória.

Antes da análise das obras, foi realizado um levantamento, com base nos dados do Censo Escolar, sobre a cor/raça das crianças matriculadas na Educação Infantil do município. Essa etapa possibilitou contextualizar a escolha dos livros à realidade demográfica e étnico-racial da rede municipal, oferecendo subsídios para uma interpretação mais ampla sobre as práticas pedagógicas adotadas. A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, buscando evidenciar não apenas a frequência de uso das obras, mas também as concepções de diferença que elas veiculam, em diálogo com as práticas docentes e com o contexto escolar investigado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, será realizada a análise dos dados do Censo Escolar, com destaque para os aspectos que evidenciam a invisibilidade e o processo de embranquecimento dos bebês e das crianças de 0 a 3 anos matriculados na Educação Infantil. Em seguida, serão apresentadas algumas ponderações acerca das histórias infantis mencionadas na pesquisa realizada com cinquenta e dois professores, a qual investigou quais narrativas são mais utilizadas para abordar as diferenças.

3.1 Censo Escolar, o que tem a nos dizer?

Conforme os dados do Censo Escolar de 2014 a 2023, período que engloba o Plano Nacional de Educação e divulgado no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

no que se refere à cor/raça dos bebês e crianças matriculadas na Educação Infantil, em creches ou pré-escolas do Brasil, indica que as quantidades de bebês e crianças amarelas, indígenas e pretas são bem inferiores aos números das brancas, pardas e não declaradas. Esta situação segue demonstrada nos dados de 2023, apresentados nos quadros 1 e 2:

Quadro 1: Número de Matrículas na Creche no Brasil dividido por sexo e cor/raça

	Feminino						Masculino					
	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2023	585.240	708.182	67.433	619.652	6.086	9.424	625.999	739.604	72.555	672.225	6.757	9.716

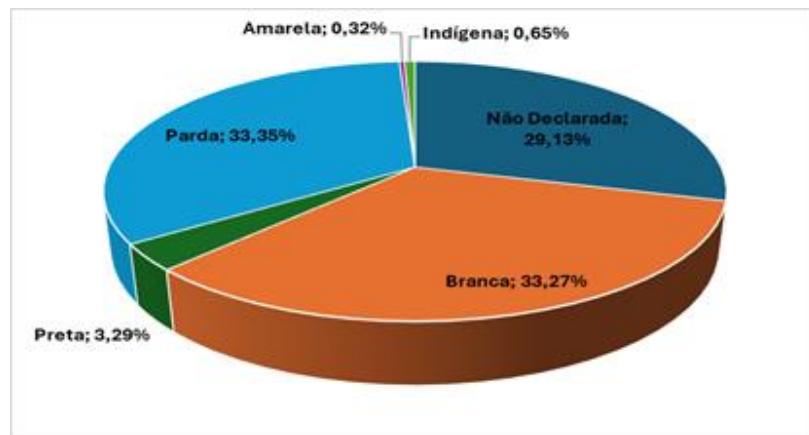
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados do Censo Escolar de 2014 a 2024

Quadro 2: Número de Matrículas na Pré-Escola no Brasil dividido por sexo e cor/raça

	Feminino						Masculino					
	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2023	755.082	839.601	83.240	902.826	8.284	20.778	789.807	860.003	87.892	960.198	8.913	21.658

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados do Censo Escolar de 2014 a 2024

Gráfico 1 - Porcentagens de bebês e crianças matriculadas na Creche e Pré-Escola de ambos os sexos, de acordo com o Censo Escolar no ano de 2023 em relação a cor/raça.



Fonte: Elaborado pelo autor

Diante do gráfico e dos quadros apresentados, concluímos que o número de bebês e crianças brancas (33,27%) matriculados/as na Educação Infantil se aproxima dos números de crianças pardas (33,35%). No entanto, o número daquelas declaradas pardas é extremamente maior que as pretas (3,29%), revelando a busca do embranquecimento da população.

Kilomba (2019) trata o embranquecimento da população abordando as complexas relações entre as categorias de negro/a, que em nosso caso podemos associar a raça/cor preta e mestiço/a, que podemos associar a parda, analisando como essas identidades são construídas e manipuladas no contexto do racismo e do colonialismo.

Kilomba (2019) explora o conceito de embranquecimento como um mecanismo de apagamento e subordinação da identidade negra em sociedades pós-coloniais. Esse processo, que tem raízes no período colonial, visa tornar o corpo negro invisível ou aceitável apenas enquanto se aproxima de características brancas. Nesse sentido, a identidade mestiça é frequentemente tratada como uma ferramenta desse processo de embranquecimento.

Mestiço/a (pardo/a) aparece como uma identidade ambígua, que pode ser usada tanto para reforçar a hierarquia racial (ao se aproximar da branquitude) quanto para desafiar essa mesma hierarquia, dependendo do contexto. A autora questiona como a mestiçagem, muitas vezes celebrada como uma "mistura de raças", pode, na realidade, servir como um projeto de negação da negritude, reforçando um desejo social por pele mais clara e características físicas

europeias. Assim, o/a mestiço/a pode ser visto como alguém que, dentro da lógica racista, está mais próximo da branquitude e, portanto, "mais aceitável", reforçando o sistema de poder colonial.

No mesmo sentido, Carneiro (2023) ao apontar um estudo de Irene Maria F. Barbosa, intitulado Socialização e relações sociais: Um estudo de família negra em Campinas destaca que a escola é o local onde as crianças negras têm seu primeiro contato com situações decisivas nos contextos inter-raciais.

O estudo trata entre outros, da autoestima das crianças negras, diante das situações de racismo no cotidiano escolar, observando que:

estudantes chamavam uma garota negra de "macaca", "feia", "preta", "escuridão" e "fedorenta". A garota ficou ambivalente em relação a sua autodenominação, identificando-se como "morena". Esta dificuldade de definir a sua própria identidade racial pode ser extremamente negativa para o desenvolvimento da criança, porque bloqueia a expressão das emoções e interfere na motivação, atingindo a sua performance escolar. (Carneiro, p.107)

Esta identificação de morena busca fugir da identificação negro/a que representa o extremo oposto na hierarquia racial, sendo o corpo mais marginalizado e desumanizado. Kilomba (2019) ressalta como a experiência negra é marcada pela constante desvalorização e pelo racismo estrutural, que nega às pessoas negras a plena humanidade e cidadania, ao mesmo tempo que impõe uma série de estereótipos e discriminações.

Retomando os dados do Censo, outro ponto que nos chama a atenção é a quantidade de bebês e crianças de raça/cor não declaradas e o que este fato pode revelar. Não temos acesso por qual meio as escolas identificaram a raça/cor da criança, que pode ter sido pelo registro na certidão de nascimento, pela declaração dos responsáveis ou um dado simplesmente ignorado no ato de matrícula, mas este fato pode prejudicar de maneira considerável a criação de políticas públicas que visam atender a sociedade, principalmente às minorias, não obstante, descaracterizar os bebês e crianças na construção de suas identidades.

No site da ARPEN-SP (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo), uma notícia do ano de 2006, ou seja, há quase duas décadas, já apontava para o problema da não declaração de cor na certidão de nascimento. Conforme a notícia, foi

instaurado um inquérito para investigar a não inclusão da cor/raça na certidão de nascimento realizada pelos cartórios, após o questionamento de uma educadora.

A lei n.º 6015, de 31/12/1973, determinava:

Artigo 54 – O assento do nascimento deverá conter:

...

2º) o sexo e **cor** do registrando; (grifo nosso)

...

No entanto, este item foi revogado pela lei n.º 6216 de 1975, que diz:

Artigo 54 – O assento do nascimento deverá conter:

...

2º) o sexo do registrando;

...

Retirando desta forma a obrigatoriedade de declaração da cor na certidão de nascimento. Esta não declaração, seja nos documentos, seja na convivência familiar e social do bebê e criança, principalmente na escola, pode apresentar dificuldades para o desenvolvimento, principalmente no que tange seu autorreconhecimento e valorização.

A autora bell hooks (2019) defende que o processo educacional deve ser transformador e libertador, promovendo um espaço de diálogo aberto no qual as questões como raça, classe e gênero são confrontadas. Ela argumenta que, ao contrário de um sistema educacional que apenas perpetua as opressões sociais, a educação deve ser um espaço que fomente a crítica ao racismo e ao sexismo.

A "autoconscientização de raça e cor" se refere, nesse contexto, à importância de os/as educandos/as (especialmente negros/as) tomarem consciência de suas identidades raciais e do impacto que essas identidades têm em suas vidas e em sua educação. Para hooks, essa conscientização é um passo essencial na luta pela liberdade e igualdade. Ela acredita que essa tomada de consciência sobre raça e cor permite que os indivíduos desafiem as estruturas racistas que moldam a sociedade e a educação, ao mesmo tempo, em que os capacita a afirmar suas próprias experiências e vozes.

Hooks (2019) também destaca que a negação ou invisibilidade das diferenças raciais no ambiente educacional apenas perpetua a opressão. Reconhecer e valorizar essas diferenças são aspectos fundamentais para construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, no qual a diversidade de experiências e perspectivas é considerada como uma força.

Ao conectar educação com liberdade, hooks (2019) argumenta que ensinar a transgredir – ou seja, questionar e ultrapassar os limites impostos por um sistema opressor – é um ato de resistência que permite aos indivíduos, particularmente os/as marginalizados/as, transformarem suas realidades.

Carneiro (2023) que se refere ao conceito de epistemicídio como o apagamento e desvalorização dos saberes não europeus que foram historicamente silenciados pelo colonialismo, racismo e hegemonia ocidental, nos aponta:

O epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro. A exclusão racial via o controle do acesso, do sucesso e da permanência no sistema de educação manifesta-se de forma que, a cada momento de democratização do acesso à educação, o dispositivo de racialidade se rearticula e produz deslocamentos que atualizam a exclusão racial. (Carneiro, p. 103)

A não declaração da raça/cor no momento da matrícula pode constituir um mecanismo de defesa adotado por famílias que temem a vitimização de crianças negras diante do racismo presente nos sistemas educacionais. Tal silenciamento, embora possa parecer uma forma de proteção, priva a criança de seu autorreconhecimento e reforça a desvalorização histórica dos povos negros, mantendo-os subordinados a estruturas de poder que limitam seus direitos e espaços de ocupação. Conforme defendem hooks (2019) e Freire (2021), a educação, como prática de liberdade, exige luta e resistência para recuperar a humanidade dos oprimidos. Nesse sentido, é fundamental que, desde a primeira infância, bebês e crianças reconheçam sua cor de pele e desenvolvam valores positivos em relação a ela.

3.2 Histórias Infantis e algumas considerações raciais

Para hooks (2019) há necessidade de pensarmos na prática da sala de aula, visando a inclusão. A autora cita:

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas, suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. (p. 51).

A autora prossegue indicando que o estilo de ensino dos professores necessita de mudanças, não se deve pautar em uma única forma de pensamento e experiência, como se fosse universal. Temos que reconhecer que as escolas são instituições multiculturais.

Sendo assim, discutiremos sobre uma prática habitual em sala de aula, principalmente na Educação Infantil, a contação de histórias. A contação de histórias se faz presente na vida do bebê e da criança desde seu nascimento, tanto no ambiente familiar como na escola. Consoante a BNCC (2018), ela se manifesta no campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”, destacando desde o interesse demonstrado pelos bebês ao ouvir uma história até o ato das crianças em produzir suas próprias histórias.

Podemos reconhecer a importância das histórias infantis enquanto esta atividade é constante e desperta nas crianças ações cognitivas e sociais capazes de identificar e definir o mundo ao seu redor.

Porém, é de extrema importância que a escolha destas histórias considere fatores que desenvolvam habilidades nos bebês e crianças, livre de preconceitos ou determinações estereotipadas.

Carneiro (2023, p. 107) destaca que:

Diversos autores vêm demonstrando que têm sido feitas alterações na literatura infantil, por força das críticas das imagens estereotipadas dos negros e, em especial, a forma como eram representados geralmente sem famílias, vínculos sociais etc. Contudo está ainda por ser verificado o quanto as mudanças de fato alteraram a imagem de subalternização social.

Logo, vamos observar algumas histórias infantis, destacando pontos em que o racismo é reforçado ao invés de ser combatido.

A história "Patinho Feio", escrita por Hans Christian Andersen, é um conto clássico que tem sido lido por várias gerações. A narrativa centra-se num patinho que nasce diferente

dos seus irmãos e, por essa razão, é ridicularizado e rejeitado. Ao longo da história, ele enfrenta o isolamento, o desprezo e a exclusão por ser diferente, até que, no final, descobre que, na verdade, é um belo cisne.

Para uma breve análise, escolhemos aqui o livro virtual (2020) disponível no site do Ministério da Educação/Plano Nacional de Alfabetização.

Na página 6 do livro supracitado, pode-se observar que o patinho considerado feio assume uma coloração acinzentada, mais próximo da tonalidade preta, ao contrário dos seus irmãos que assumem uma coloração amarela.

Figura 1 - Página 6 da história Patinho Feio.



Fonte: Brasil (2020, p.6)

Observamos que o próprio texto aponta que a diferença do patinho feio de seus irmãos está relacionada à cor. Esta coloração do patinho é reforçada na página seguinte do texto:

Figura 2 - Página 7 do Livro Patinho Feio



Fonte: Brasil (2020, p.7)

O texto apresenta que o patinho é cinzento, desajeitado e feio e, por isso, excluído, triste e solitário. Tais referências ratificam que suas características físicas, entre elas a cor, levam o patinho a ser tratado de maneira diferente.

Nas páginas seguintes da história, o patinho feio vai em busca de aproximação com outras aves, que teoricamente se aproximam de sua cor, os marrecos e gansos.

Figura 3 - Páginas 8 e 9 do Livro Patinho Feio



Fonte: Brasil (2020, p.8 e 9)

Até que, ao final da história, o patinho cinza e feio descobre que se tornaria um lindo cisne, branco.

Figura 4 - Página 14 do livro Patinho Feio



Fonte: Brasil (2020, p.14)

Este desfecho parece sugerir que o patinho só encontra a aceitação quando se transforma num "cisne belo", o que poderia reforçar a ideia de que a aceitação social está ligada à conformidade com padrões de beleza ou normas de um determinado grupo dominante.

Para um leitor/a ou educador/a desatento/a o grau de racismo da história pode passar desapercebido, no entanto, reforçam este racismo de maneira consciente ou inconsciente, principalmente quando tal história é lida para crianças que não tem a capacidade de interagir com ela de maneira crítica.

Esta história pode ser utilizada como instrumento de manipulação, que conforme afirmado por Freire (2021) reforça a dominação das elites sobre as massas populares, principalmente quando há a ausência da criticidade consciente.

Outra obra infantil muito utilizada é “A menina bonita do laço de fita”. Neste livro, escrito por Ana Maria Machado, uma menina negra, com pele “escura e lustrosa como as penas da graúna”, é admirada por um coelho branco que deseja ter a pele igual à dela. A menina, sempre enfeitada com um laço de fita no cabelo, responde com diversas explicações imaginativas sobre o motivo da sua cor, até que finalmente a mãe dela explica que a menina é assim devido a seus antepassados africanos.

O livro idealiza excessivamente a cor da pele da menina, arriscando simplificar a complexidade de questões raciais. Ao tratar a pele negra como uma beleza exótica que desperta curiosidade, pode acabar por reforçar estereótipos, ainda que de forma positiva, em vez de naturalizar a diversidade étnica como parte da vida cotidiana.

Neste sentido, Kilomba (2020) discute a experiência de ser uma mulher negra num mundo que ainda carrega heranças coloniais, onde o corpo negro é muitas vezes exotizado e tratado como algo fora do “normal”. Essa exotização, para a autora, está profundamente enraizada no racismo, porque implica que a pele negra não pertence à norma, ou ao “padrão” social, mas sim a algo que desperta curiosidade ou fascínio precisamente por ser diferente e, portanto, colocado à margem.

Ao tratar a pele negra como exótica, as sociedades reforçam uma noção de “alteridade” (*otherness*), onde a pessoa negra é sempre vista como “fora” daquilo que é

considerado normal ou aceitável. A autora critica ainda, como as pessoas negras, especialmente as mulheres, têm frequentemente de lidar com perguntas ou interações que evidenciam esse fascínio, como questões sobre a textura do cabelo, a cor da pele ou até mesmo sobre as suas origens (conforme evidenciado na história), num processo que desumaniza ao transformá-las em meros objetos de curiosidade. Isso não só reduz a identidade das pessoas negras a características físicas, como também reforça a desigualdade racial, uma vez que o corpo branco é visto como a norma, e o corpo negro como o "outro" exótico.

Kilomba (2020) também vincula essa exotização da pele negra à longa história do colonialismo, em que corpos negros eram explorados, mercantilizados e desumanizados. Durante o colonialismo, as pessoas negras foram frequentemente apresentadas como "curiosidades" exóticas e selvagens para os colonizadores europeus. Essa mentalidade continua a manifestar-se em formas mais tênues nas sociedades contemporâneas. No dia a dia, perguntas aparentemente inofensivas ou comentários sobre a aparência física de uma pessoa negra podem carregar uma carga racial histórica, perpetuando estereótipos de inferioridade e a ideia de que as pessoas negras são uma espécie de "novidade".

Kilomba (2020), também vai de encontro à forma como o mercado da moda, beleza e cultura popular muitas vezes apropria e fetichiza características físicas das pessoas negras, sem, no entanto, reconhecer ou valorizar a sua humanidade, ou cultura de forma plena. A pele negra é frequentemente celebrada quando é vista como um "acessório" exótico ou uma tendência, mas as pessoas negras ainda enfrentam discriminação estrutural em muitos outros aspectos da vida.

Esta apropriação superficial e estetizada de elementos da identidade negra sem abordar as realidades vividas de racismo é uma das críticas centrais no pensamento da autora. Ela conclui que o simples elogio à aparência física de uma pessoa negra pode ser uma forma de apagamento cultural e histórico, uma vez que ignora as desigualdades que essas pessoas enfrentam na sociedade.

A história analisada explora esta ideia em demasia, uma vez que constantemente o coelho tenta, de todas as formas, se tornar preto igual à menina. Isto também reforça a ideia

de que o padrão de beleza e o modelo a ser “copiado” vêm de uma perspectiva externa. O fato de o coelho querer mudar de cor em vez de simplesmente aprender a valorizar a diversidade pode ser visto como um reforço de padrões de comparação em vez de aceitação verdadeira da diferença.

A obra “O menino Marrom” de Ziraldo também apresenta muitas controvérsias no que se trata da questão de racismo.

O livro, escrito por Ziraldo em 1986, é uma obra infantil que aborda a questão racial e as diferenças étnicas de uma forma acessível às crianças. A história é sobre a amizade entre dois meninos, um branco e um negro, que vivem suas diferenças de forma natural e harmoniosa. Embora seja reconhecido como uma tentativa de promover o respeito pela diversidade e combater o racismo, apresenta diversas incoerências.

A obra trata o racismo de forma muito superficial, ele apresenta a diferença entre os meninos de forma positiva, mas não aprofunda questões mais complexas relacionadas ao racismo estrutural, histórico ou cotidiano. Embora seja importante falar sobre a aceitação das diferenças desde cedo, a obra falha ao não abordar o problema mais profundo do preconceito racial que muitas crianças negras enfrentam, como o *bullying* e a discriminação.

Outra questão é que a história é centrada no menino branco, o “Menino Cor-de-Rosa”. Ele é o narrador e o foco da narrativa, e, muitas vezes, a relação com o menino negro, o “Menino Marrom”, é vista através da visão do protagonista branco. Isso reflete uma tendência comum em obras literárias de centralizar a experiência branca, mesmo quando a história trata de questões de diversidade racial, o que pode reforçar a ideia de que o branco é o “normal” ou o “padrão”, enquanto o menino negro é tratado como “o outro” ou “a novidade”.

O uso das palavras “menino cor-de-rosa” para o menino branco e “menino marrom” para o menino negro apresenta uma simplificação das cores, o que pode reforçar estereótipos raciais, reduzindo a complexidade das questões raciais a meras diferenças cromáticas. A escolha de “cor-de-rosa” para descrever a pele do menino branco é uma representação idealizada e, de certa forma, descolada da realidade, enquanto “marrom” para o menino negro pode não capturar a riqueza e diversidade de tons de pele presentes nas comunidades

afrodescendentes, podendo inclusive buscar o embranquecimento da população. Esse tipo de linguagem simplista pode acabar por ocultar as realidades vividas pelas crianças negras em termos de racismo e discriminação.

Embora o livro aborde as diferenças raciais de uma forma amigável e otimista, a ausência de contexto histórico ou social no texto prejudica o combate ao racismo. A história não menciona as raízes do racismo ou como ele se manifesta na sociedade, o que é uma oportunidade perdida de educar as crianças sobre as realidades mais duras e as origens do preconceito racial. Ziraldo parece focar-se numa abordagem idealizada, onde as diferenças são aceitas com naturalidade, sem examinar as dificuldades que as crianças negras enfrentam num mundo onde o racismo é uma realidade.

Outro ponto é a falha da obra em lidar com questões de racismo estrutural, como a desigualdade de oportunidades, a segregação social e os efeitos da discriminação sistêmica. Enquanto o livro promove a ideia de que a amizade entre diferentes raças é possível, não trata daquilo que está por trás das experiências reais de pessoas negras, especialmente em sociedades onde o racismo é institucionalizado. Essa abordagem acaba por criar uma visão excessivamente otimista e irrealista da realidade racial, ignorando as barreiras sociais que continuam a existir para as pessoas negras.

A relação entre o menino branco e o menino negro no livro é retratada como harmônica e sem conflitos. Essa idealização das relações raciais pode ser vista como uma forma de ignorar ou minimizar os desafios que muitas pessoas negras enfrentam em termos de discriminação. Embora seja importante ter histórias que mostrem a possibilidade de amizade e igualdade entre diferentes raças, é igualmente importante abordar os desafios e as realidades complicadas que existem na realidade. Ao evitar isso, a obra pode dar a impressão de que as diferenças raciais são facilmente resolvidas sem enfrentar os problemas subjacentes. A abordagem de Ziraldo parece ser uma forma de promover a “cegueira à cor” (*colorblindness*), ou seja, a ideia de que não devemos ver ou reconhecer as diferenças raciais, pois as pessoas são iguais.

Embora o livro celebre as diferenças entre os meninos, ele não explora as implicações sociais dessas diferenças e, em vez disso, pode passar a mensagem de que ignorar a raça ou

minimizar as diferenças é a solução para o racismo. No entanto, é importante reconhecer as diferenças raciais e como elas influenciam a vida das pessoas, especialmente no que diz respeito às desigualdades e injustiças.

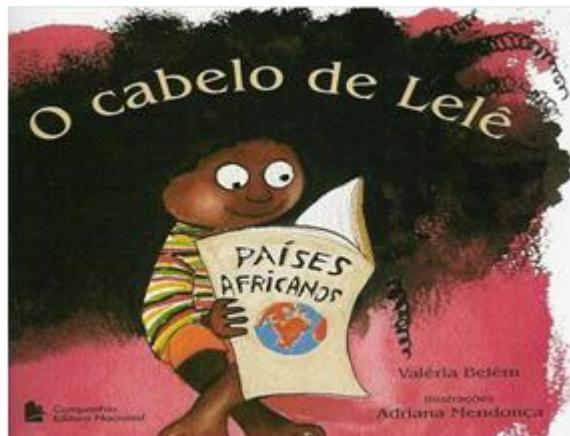
O livro é uma porta de entrada para discutir diversidade com crianças, mas necessita de complementação com outras obras e conversas que aprofundem o racismo e as suas consequências na sociedade.

A obra *Peppa*, de Silvana Rando, apresenta descompassos em relação à valorização da pessoa negra e ao combate ao racismo. A narrativa acompanha uma menina preta, descrita como de pele clara e cabelos crespos, que enfrenta desafios ligados à identidade e autoestima. Entretanto, conforme crítica da empresária e ativista Xongani (2016), a história recorre a imagens e enredos que reforçam estereótipos raciais, como o uso dos cabelos da personagem para tarefas inusitadas e a representação de um processo de alisamento doloroso, conduzido por uma cabeleireira loira, que culmina em restrições às atividades infantis para manter o cabelo liso. Ao final, a personagem rompe as regras, entra na piscina e perde o “cabelão liso e sedoso”, encerrando a narrativa com a valorização implícita do cabelo alisado e a desvalorização do cabelo natural.

Xongani (2016) questiona o impacto desse tipo de conteúdo, sobretudo quando inserido no contexto escolar, destacando a ausência de diversidade nos personagens, a predominância de representações eurocêntricas e a negligência na abordagem de questões raciais. Tais aspectos podem reforçar preconceitos e limitar o repertório cultural das crianças, contrariando o papel formativo e inclusivo esperado da literatura infantil. A análise evidencia a necessidade de obras que tratem a diversidade de maneira sensível e afirmativa, contribuindo para a construção de valores positivos desde a infância.

A história “O cabelo de Lelê” de Valéria Belém é mais uma que trata de uma menina preta que não gosta do seu cabelo, mas que, ao longo do livro, aprende a valorizar e a amar os seus fios naturais.

Figura 5 - Capa do Livro “O cabelo de Lelê”



Fonte: Belém (2007)

Assim como citada nas outras análises, por ser uma história simples e poética, pode não explorar a fundo as complexidades que cercam a aceitação da identidade racial em um mundo que frequentemente promove padrões de beleza eurocêntricos. Há uma leve tendência a romantizar a aceitação do cabelo crespo sem abordar os desafios concretos que muitas crianças negras enfrentam na sociedade em relação à sua aparência. Isso pode dar a impressão de que o processo de aceitação é mais fácil ou rápido do que realmente é para muitas crianças que sofrem com racismo e discriminação.

O fato de o cabelo ser o foco principal da narrativa, pode ser visto como uma visão limitada da identidade negra, reduzindo a experiência de autoaceitação apenas ao campo estético. Logo, seria mais interessante o livro expandir para outras áreas da vida de Lelê, abordando mais facetas de sua identidade além do cabelo.

Apresentamos aqui algumas obras constantemente encontradas nas escolas de Educação Infantil, o que nos leva a repensar na necessidade de ter uma visão críticas sobre elas, possibilitando que os bebês e crianças tenham acesso aquelas que proporcionem melhores resultados no decorrer de sua formação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto ao longo deste trabalho, as crianças pretas se tornam invisíveis na Educação Infantil, inclusive por meios que buscam seu embranquecimento. A necessidade de permitir à criança construir sua identidade de maneira positiva, desde o zero ano, no ambiente escolar e familiar, é fundamental para que ela se desenvolva de maneira adequada e tenha a possibilidade de lidar com o racismo tão presente em nossa sociedade.

É preocupante que muitas famílias optem em não declarar a cor/raça da criança, pois este fato inviabiliza a valorização racial e aumenta consequentemente as possibilidades de racismo e violências contra as minorias.

Não obstante, é necessário analisar de maneira crítica a educação que são oferecidas às crianças desde seu nascimento, em especial no que se refere às histórias infantis, uma vez que estas são essenciais na construção do ser-humano, portanto, devem ser bem selecionadas e sempre vistas com um olhar crítico, permitindo que as pessoas pretas e as diversas minorias sejam pertencentes a sociedade e não uma classe diferenciada.

A autora bell hooks (2013), ao citar Terry Eagleton nos lembra sobre o potencial da criança em nos fazer refletir sobre nossas práticas em sala de aula.

As crianças são os melhores teóricos, pois não receberam a educação que nos leva a aceitar nossas práticas sociais rotineiras como “naturais” e, por isso, insistem em fazer as perguntas mais constrangedoramente gerais e universais, encaminhando-as com um maravilhamento que nós, adultos, há pouco esquecemos. Uma vez que ainda não entendem nossas práticas sociais como inevitáveis, não veem por que não poderíamos fazer as coisas de outra maneira.

Ao nos referirmos a esta proposta de educação que tem por finalidade a busca de um processo emancipatório, Freire (2021) nos chama a atenção para a necessidade de humanizar tanto o educando quanto o educador.

O autor ressalta que, ao contrário de uma educação bancária, tão presente em nossa sociedade, em que os educadores apenas se limitam a depositar conhecimentos nos educandos, a educação que nos liberta está baseada no diálogo e no processo de humanização.

Não é compatível privar a criança de seu reconhecimento na sociedade e de seu autorreconhecimento, assim como propor uma forma de educação, a partir de histórias infantis que reforçam o racismo, que criam estereótipos ou que desvalorizam os povos pretos

ou minoritários, mas é necessário construir uma sociedade justa e acolhedora, por meio do processo educacional.

É importante ressaltar que para Freire (2021) a escolha do conteúdo e, aqui podemos pensar na escolha das histórias infantis, devem estar em diálogo com uma educação como prática de liberdade, que não busque a alienação da criança ou que promova valores de dominação, preconceitos, discriminações, entre outros.

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601221-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2024.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** 1ª Edição. Companhia Editora Nacional, 2007.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1973.

BRASIL. Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975. Altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 1975.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Alfabetização. **O patinho feio.** 2020. Disponível em https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/o_patinho_feio_versao_digital.pdf. Acesso em 30 nov. 2024.

BRASIL. Resultado do Censo Escolar. Brasília, DF: IBGE, disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do laço de fita**. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

MPE INVESTIGA OMISSÃO DA COR NAS CERTIDÕES. **Carpen**, São Paulo, 19 Ago. 2006. Disponível em: <https://www.arpensp.org.br/noticia/4289#!>, Acesso em 02 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 10 ago. 2025.

RANDO, Silvana. **Peppa**. São Paulo: Binque Book, 2017

XONGANI, Ana Paula. **Peppa não! - Resenha**. YouTube, 14 abr. 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pI&t=351s>. Acesso em 06 jan. 2025.

ZIRALDO. **O menino marrom**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

Recebido em: 2025-07-01

Aceito em: 2025-09-30

Publicado online em: 2025-12-03